



Contraste nordestino: encravada no sertão, a bonança do Cariri

O fértil Cariri

A seca nunca chegou a produzir estragos consideráveis nos 7 200 quilômetros quadrados de matas, pastos e lavouros do vale do Cariri, na divisa do Ceará com Pernambuco. Ali, onde outrora vagavam os índios cariris, velhos registros garantem que espécies como a oiticica, o juazeiro e o umbu se conservaram impecavelmente frondosas durante as desastrosas estiagens de 1877, 1915, 1932 e 1958. E, ainda no início deste ano, a falta de chuvas que preocupou boa parte do sertão nordestino em nada afetou a região. O Cariri, que ocupa 6% da extensão territorial do Ceará, seria, em suma, um imenso oásis plantado no desértico interior do nordeste.

Alguns visitantes mais entusiasmados, em diferentes épocas, lhe outorgaram títulos ingenuamente grandiloquentes — como “Desaguadouro dos Cântaros Celestes”, ou “Manto Irrigado por Deus”. Mas, se exageravam pelo esplendor da imaginação, nem por isso esses elogios careciam de base real. Pois, além de favorecerem por uma precipitação média anual de 1 350 milímetros de chuvas — verdadeira raridade numa terra onde os índices considerados normais se situam abaixo dos 800 milímetros ou bem menos que isso —, o vale do Cariri possui uma vantajada malha de fontes e nascentes naturais.

Pelo menos 84 fontes estão catalogadas em solo cearense, muitas jorrando até 60 000 litros de água por hora. Elas formam riachos perenes de longo curso ou alimentam, através de primitivos sistemas de irrigação, extensos bananeirais e canaviais. “Se somássemos os olhos d’água, o número de mananciais se elevaria a 305”, assegura o padre e geógrafo Irineu Limaverde Soares, da Faculdade de Filosofia do Crato, um dos

nove municípios do vale. E explica que tal abundância se deve exatamente à vizinhança da chapada do Araripe, em cuja superfície porosa as águas das chuvas se infiltram, dando origem às fontes e nascentes que brotam no sopé.

Dia à noite — Efetivamente, o vale do Cariri pode ser considerado um autêntico presente da chapada do Araripe. De suas escarpas, de vegetação alimentada por fontes e nascentes naturais e exposta a ventos úmidos, as chuvas fazem descer terras de aluvião que se depositam no vale, formando seus férteis e espessos solos escuros. Graças a essa singular prodigalidade, a agricultura encontraria ali excepcionais condições para sua implantação, sobretudo a representada pela cana-de-açúcar — responsável

pelo surgimento em Crato, capital econômica da região, de uma ainda hoje florescente aristocracia rural.

A fartura do Cariri permitiu que Crato fosse uma das primeiras cidades cearenses a contar com energia elétrica, produzida por uma turbina acoplada à nascente da Bateira, poucos metros acima de onde o atual governador cearense, Adauto Bezerra, possui uma casa de campo. “De noite, Crato parecia um dia”, lembra José Bezerra de Brito, 62 anos, o primeiro mecânico da usina, que a acompanhou desde a instalação em 1938 até sua paralisação em 1970. Hoje, as turbinas estão abandonadas, mas seus canos são aproveitados pelas rústicas “levadas”, canaletas encravadas no solo e destinadas a conduzir água às choupanas dos moradores do lugar.

A abundância de aguadas e de pastos no vale do Cariri tem beneficiado não apenas a região mas também os pecuaristas do sertão cearense e mesmo pernambucano — que para lá tangerem seus gados nas épocas de seca ou de verão mais extenso. Uma placa afixada num bebedouro existente no município de Barbalha, por exemplo, assinala que ali, nas secas de 1877, 1815, 1932 e 1958, milhares de cabeças de gado pernambucano escaparam da morte pela sede. E essas migrações temporárias continuam sendo o único recurso em tempos de estiagem, pois do lado pernambucano da chapada do Araripe não existe a mesma bonança.

Onça-vermelha — Para as 84 fontes e nascentes do Ceará, Pernambuco ostenta apenas quatro, entre as quais a de Gameleira, localizada no município de Exu, que forma o riacho da Brigida, um intermitente mas importante afluente do São Francisco. “É que do lado pernambucano o solo é 72 centímetros mais elevado”, explica o pesquisador cratense Hermógenes Martins de Araújo, 62 anos, a maior parte dos quais dedicados a expedições científicas nas grandes superfícies planas e elevadas da chapada do Araripe. “É esse desnível que garante a exclusividade do vale do Cariri.”

Por isso mesmo, ficam no território cearense todos os 34 790 hectares da exuberante Floresta Nacional do Araripe, fiscalizada pelo IBDF, com suas oitenta variedades florísticas e espécies animais tão raras no restante do nordeste quanto a onça-vermelha, o veado-gaileiro, o veado-de-capoeira, a sericima, o tamandú e a cutia. A medida que avança na direção de Pernambuco, a Floresta Nacional do Araripe se transmuda em árvores raquíticas até desembocar nas quase rasteiras capoeiras pernambucanas — zona que antecede as



continua na página 94

mais características caatingas do sertão, onde a argila vermelha só permite, nas estagiagens mais rigorosas, o nascimento de vegetais rústicos como o xiquexique ou a macambira.

O fato de ser tutelada pelo IBDF, no entanto, não é uma garantia de que a Floresta Nacional do Araripe esteja livre de várias modalidades de devastação. Muito ao contrário, teme-se como nunca por sua integridade física e, conseqüentemente, pelo desequilíbrio do meio ambiente do vale do Cariri. "Estão tirando toda a madeira de lei, eu mesmo já levei fiscais até lá para mostrar clareiras de até 100 metros de diâmetro", queixa-se o prefeito de Barbalha, engenheiro civil e capitão reformado Fabríon Livônio Sampaio. "Estão devastando até a área de proteção da fonte do Camelo, onde nossa cidade se abastece."

Causas sobrenaturais — Para a retirada da madeira, os lenhadores da região se valem de um expediente eficaz: descascam à noite os pés das árvores e deixam que elas morram; depois, tratam de conseguir a licença para o corte junto ao IBDF, já que a lei autoriza a cessão de madeira seca. Frequentemente, porém, nem isso é necessário: próximo a Barbalha, diante da cambaleante casa de taipa que abriga o Posto de Fiscalização da Floresta Nacional do Araripe, passam diariamente caminhões de lenha tirada da reserva — seca ou não.

O fiscal Raul Rodrigues de Freitas, guarda da floresta há dez anos, não consegue nem mesmo parar os caminhões para averiguação. Freitas, vulnerável com seu revólver calibre 32 e contrariado com seu salário de 440 cruzeiros, confessou na semana passada a José Maria Andrade, da sucursal de VEJA no Recife, que nada pode fazer. "Os caminhões pertencem a um fazendeiro lá de cima, homem de posses, que diz ter uma guia para trafegar." Segundo o prefeito Sampaio, no entanto, até mesmo a guia é um embuste. "Quando elas existem, são usadas para muitas cargas, embora sejam válidas apenas para uma vez", diz ele.

Assim, não é de estranhar que as próprias fontes e nascentes naturais do vale do Cariri já se apresentem, atualmente, com vazão inferior a de tempos atrás. O povo da região prefere explicar o fenômeno com causas sobrenaturais — segundo voz corrente, uma delas teria "quase secado" depois que um sertanejo banhou um cavalo cego em suas águas. Parece claro, no entanto, que só a preservação real da Floresta Nacional do Araripe evitará que a desolação e o silêncio das secas venham um dia a atingir o ainda verdejante vale do Cariri.

CIENCIA



ROMÁRIO FERREIRA

Antropólogos em Salvador: índios, macumba, futebol e outras heresias

Revolvendo o lixo

A tradição universitária brasileira sempre atribuiu aos antropólogos, de maneira mais ou menos geral, uma vaga reputação de exotismo. Afinal, que criaturas seriam essas dispostas a se aprofundar por selvas e rios apenas para escutar lendas indígenas ou escavar vestígios de antropóides e *Pithecanthropus* de estirpes e épocas diferentes? O 10.º Encontro Nacional de Antropologia, reunido há duas semanas em Salvador, ajudaria a remover parte da desinformação e dos preconceitos sobre a profissão. Demônstraria, pelo contrário, que os antropólogos brasileiros estão cada vez mais preocupados com temas concretos e atuais da realidade brasileira.

Concluiu-se que não há a menor possibilidade de se falar no problema da sobrevivência do índio, por exemplo, pra-to de resistência da antropologia nacional, sem se resvalar em questões bem mais melindrosas, em termos políticos. Foi o que advertiu, numa comissão, o novo diretor do Parque Nacional do Xingu, Olímpio Serra, que substituiu recentemente no cargo o sertanista Orlando Villas Boas.

Olímpio Serra não entende como a discussão sobre o futuro do índio possa estar desligada de fatos como a expansão das grandes empresas agrícolas que passaram a atuar na Amazônia, nos últimos anos, valendo-se dos incentivos oficiais. Essa expansão desordenada só pode levar, segundo Serra, à "dizimação completa" dos índios que surgirem à sua frente.

Futebol, carnaval — "Na verdade, até o Parque Nacional do Xingu, uma conquista aparentemente definitiva daqueles que lutam pela defesa do índio, está condenado", lamentou o antropólogo. Pois o avanço das propriedades agrícolas já chegou às suas portas e as invasões ca-

pitaneadas por jagunços e posseiros aumentam pouco a pouco, ajudadas pelo fato de que a reserva ainda não foi demarcada.

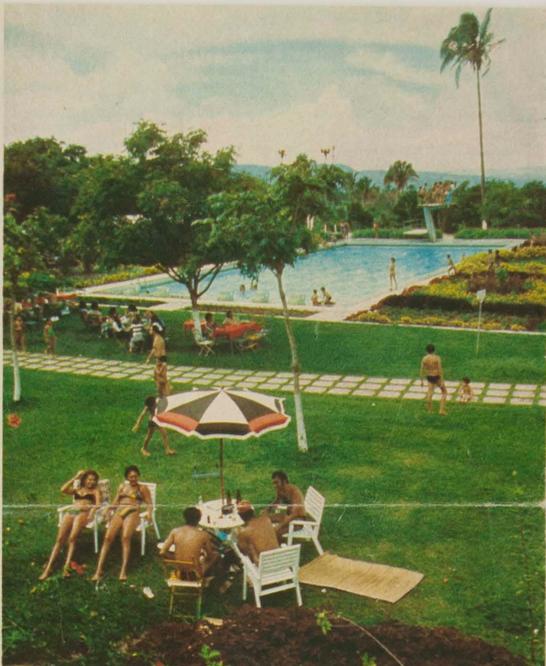
Quando isso acontecer, teme Olímpio Serra, poderá ser tarde demais. A essa altura, segundo ele, a Fundação Nacional do Índio possivelmente não terá meios de fazer respeitar os limites e o governo correrá o risco de ser obrigado a aceitar fatos consumados, espremendo as comunidades indígenas ali abrigadas dentro de limites ainda mais restritos.

Não só os índios mereceram, porém, defesa veemente por parte dos antropólogos presentes ao encontro de Salvador. O simpósio sobre "Antropologia Urgente", promovido dentro do Congresso, levantou temas como a destruição dos sambaquis, preciosas formações de fósseis no litoral — ameaçados pela devastação comercial e pela abertura indiscriminada de estradas de rodagens. E, mais importante ainda, uma crescente legião de estudiosos demonstrou intenção de deitar seus olhos sobre redutos tradicionalmente proscritos do círculo íntimo da cultura brasileira oficial.

É significativo, por exemplo, que uma dezena de pesquisadores de alto nível esteja estudando presentemente a umbanda e o candomblé — fora das perspectivas tradicionais do "fetichismo" ou da "superstição". Outros antropólogos se debruçam sobre fenômenos outrora desprezados, como o catolicismo popular e o crescimento dos credos pentecostais, do gênero Assembléia de Deus. E professores do Programa de Antropologia Social do Museu Nacional do Rio de Janeiro chegaram a anunciar que incorporaram a seus estudos, em nível de pós-graduação, heresias acadêmicas, como o carnaval e o futebol. O que arrancaria de uma antropóloga baiana expressivo aplauso. "Na verdade", disse ela, "a antropologia está ali para lidar, também, com o lixo da sociedade."



Fontes abundantes e perenes, lado a lado com o sertão secularmente castigado pela seca, caracterizam o vale do Cariri. Habitado originalmente por índios, o vale atrai hoje os clubes e as casas de campo. Lá subsistem, também, vários dos animais já extintos no nordeste.



A Floresta Nacional, que o IBDF mantém na região, corre perigo de ser devastada: dispõe de um só guarda, enquanto os lenhadores se contam às centenas. Perto dali, na já devastada chapada do Araripe, a água é captada em precários "barreiros" abertos na argila.

FOTOS DE CLAUDIONE BZERRA